

LEIS



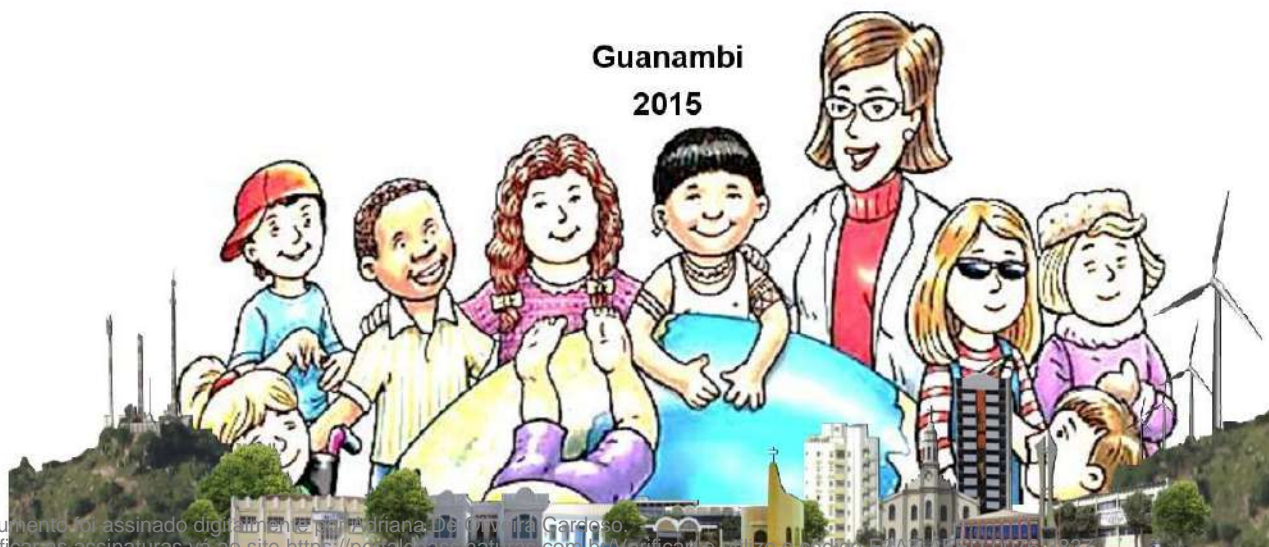
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

# PMED

## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015-2025

Guanambi  
2015



Este documento foi assinado digitalmente por Adriana De Oliveira Cardoso.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/> e utilize o código E3A7-AFED-0076-3837.

**PREFEITO**

Charles Fernandes Silveira Santana

**VICE-PREFEITO**

José Elder Guimarães

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Maristela de Souza Teixeira Cavalcante

**GRUPO COLABORATIVO**Maria de Fátima Pereira Carvalho  
Maristela de Souza Teixeira Cavalcante  
Roberta Magalhães de Oliveira  
Wilma Moura Conceição**COMISSÕES REPRESENTATIVAS****Análise situacional do município**Vanuza Ferreira de Carvalho Lima  
Benedito Teixeira Gomes**Análise situacional da educação**Anna Josaline Neves Fernandes Moreira  
Deisy Léia Silveira dos Santos Nogueira  
Jaqueline de Souza Cardoso Teixeira**Ensino Fundamental**Adriana Fernandes de Oliveira Neves  
Deyse Costa Alves  
Domingas Darc de Almeida Nogueira  
Eliane Guimarães de Oliveira  
Ivanilda Almeida Soares Bonfim  
Jane Mary Lima Castro  
Jany Rodrigues Prado

**Educação Infantil**

Fernanda Ferreira Fernandes  
Patrícia Fernandes Oliveira

**Ensino Médio**

André Gustavo Costa  
Camilla Carvalho Martins  
Fausta Porto Couto  
Maria Anita de Carvalho Magalhães

**Educação Superior**

Ana Donato Gomes Teixeira  
José Aparecido Alves Pereira  
Marcius de Almeida Gomes

**Educação Especial**

Andréia Rêgo da Silva Reis  
Marlene Moraes da Silva de Albuquerque  
Norma Lopes Teixeira  
Raidalva Nunes Lima  
Sônia Fernandes de Oliveira Silveira

**Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

Adriana Malheiros Castro  
Carlito José de Barros  
Dulina Dalva Pereira de Oliveira  
Maria de Fátima Pereira Carvalho

**Educação do Campo**

Antônio Nunes Santana  
José Carlos Lélis Costa  
Maria Cotrim da Trindade  
Tatyanne Gomes Marques

**Educação Profissional de Nível Médio**

Irene Carvalho de Brito Cotrim  
Maria das Graças Donato  
Valorização dos Profissionais  
Wilma Moura Conceição

**Recursos financeiros para a educação no município**

Analice da Conceição Alves Câmara

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Adriana Prado Marques

Euclides Pereira de Barros Filho

Hildevaldo Alves Boa Sorte

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME**

Edineide Maria de Souza Santos

Elzenir Ladeia Silveira Rodrigues

Eliana Correia da Cruz

Elísia de Lima Costa Ramos

Iziane Lopes Lima

Josefina Maysa Ferreira de Almeida

Maria Lucélia Reis

Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira

Luciete de Jesus Borges Guimarães

Maria Milta Domingues de Sá

Mali Eva Pereira Bernardo Lima

Nilda Maria Neves Lopes Azevedo

Romilda Soares Tanan

Welton Dias Castro

E membros das comissões representativas

**REVISÃO DAS NORMAS TÉCNICAS**

Belma Gumes Fernandes

**DIGITAÇÃO E REVISÃO GRÁFICA**

Welton Dias Castro

**CAPA**

João Roberto Rocha P. Teixeira



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI**PRAÇA HENRIQUE PEREIRA DONATO, 90 – CENTRO  
CNPJ nº 13.982.640/0001-96  
CEP 46.430-000 - GUANAMBI - BAHIA  
Fone: (77) 3452-4301**LEI Nº 951 DE 17 DE JUNHO DE 2015**

**“Autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano Municipal de Educação, e estabelece outras providências”.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Guanambi aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Plano Municipal de Educação incorporado no anexo único, que faz parte integrante desta lei, para o decênio 2015/2025.

**Art. 2º.** O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o art. 214 da Constituição da República, e com o Plano Nacional de Educação.

**Art. 3º.** O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município, com suas respectivas diretrizes, objetivos e metas.

**Art. 4º.** Compete à Secretaria Municipal de Educação realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos capitados no decorrer da execução do Plano.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 263/2008.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI, Estado da Bahia, em 17 de junho de 2015.**

**Charles Fernandes Silveira Santana**  
Prefeito do Município de Guanambi

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Município de Guanambi.....	21
Figura 2 - Tela da Barragem do Poço do Magro.....	35
Figura 3 - Imagens do Patrimônio Cultural (Pedra do Índio).....	36
Figura 4 - Patrimônio Cultural (Leocádia).....	36
Figura 5 - Vista Panorâmica da barragem de Ceraíma.....	37
Figura 6 - Vista parcial do Casarão dos Barros, Lagoa e Serra de Mutãs.....	38
Figura 7 - Visão Panorâmica do topo da Serra de Mutãs.....	39
Figura 8 - Cascata na Serra de Mutãs.....	39
Figura 9 - Mandiroba - Serra de Mutãs.....	40
Figura 10 - Flora Nativa da Serra de Mutãs.....	41
Figura 11 - Baianas.....	43
Figura 12 - Reisado.....	43
Figura 13 - Vai de virá.....	43
Figura 14 - Marujada.....	43

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da matrícula na Educação Superior de graduação: total e por categoria administrativa (Brasil -1980/2010). .....	87
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do município de Guanambi.....	26
Tabela 2 - Número de estabelecimentos de saúde por tipo e localização.....	27
Tabela 3 - Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) .....	30
Tabela 4 - Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010.....	31
Tabela 5 - Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual.....	49
Tabela 6 - Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal.....	49
Tabela 7 - Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Guanambi, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.....	50
Tabela 8 - Condições de funcionamento das Instituições Públicas de Guanambi - 2012. .....	60
Tabela 9 - Funções docentes por Localização e Formação - Rede Municipal.....	64
Tabela 10 - Número de professores e coordenadores da Rede Municipal, Estadual e Particular, por nível de formação em 2012.....	65
Tabela 11 - Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2012.....	65
Tabela 12 - Taxa de escolarização da Educação Infantil do município (2010).....	68
Tabela 13 - Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Guanambi, por dependência administrativa e segmento 2008/2012.....	71



Tabela 14 – População do município de Guanambi dos 06 aos 14 anos por localização, em 2010.....	72
Tabela 15 – Matrículas no ensino fundamental no município de Guanambi por dependência administrativa, em 2010.....	72
Tabela 16 – Taxas de Rendimento do Diurno – Rede Municipal e Estadual, 2008 a 2010.....	73
Tabela 17 – Índice de desenvolvimento da educação Básica - IDEB no Ensino Fundamental.....	76
Tabela 18 – Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Guanambi, por dependência administrativa e localização (2009/2012).....	77
Tabela 19 – Taxa de Escolarização Líquida da população de 7 a 17 anos, 2000.....	77
Tabela 20 – Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.....	78
Tabela 21 – Matrícula do Ensino Fundamental do Município Guanambi, por idade e série, Rede Municipal (2012).....	78
Tabela 22 – Taxas de Rendimento - Rede Municipal.....	79
Tabela 23 – Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Guanambi, por dependência administrativa e localização 2010/2012.....	84
Tabela 24 – Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/Rede Estadual...84	
Tabela 25 – Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2012.....	85
Tabela 26 – Situação Educacional do Município De Guanambi.....	93
Tabela 27 – Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010.....	96

Tabela 28 – Número de cadastrados no Programa TOPA pela SME/2007/2012. ....	97
Tabela 29 – Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Guanambi, por dependência administrativa e localização (2010/2012). ....	98
Tabela 30 – A EJA (Ensino Fundamental) em Guanambi – BA.....	100
Tabela 31 – Nível Educacional da População jovem e adulta, 1991, 2000 e 2010.....	102
Tabela 32 – Demonstrativo dos alunos da Zona Rural que usaram o transporte escolar em 2012.....	103
Tabela 33 – Matrículas da Educação Especial no Município de Guanambi em 2012.....	109
Tabela 34 – Outras receitas com o setor educacional do município de Guanambi, administradas pela prefeitura (2009/2012). ....	124
Tabela 35 – Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Guanambi, por nível ou modalidade de ensino (2009/2012).....	125
Tabela 36 – Despesa com educação do município de Guanambi por categoria e elemento de despesa (2009/2012). ....	125
Tabela 37 – Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no município de Guanambi (2009/2012).....	128
Tabela 38 – Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2012.....	128
Tabela 39 – Recursos da Educação no PPA (2009/2012). ....	128

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil

ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

AECOFABA – Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia

AGL – Academia Guanambiense de Letras

APADA – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CAEs – Conselhos de Alimentação Escolar

CETEP – Centro de Treinamento Pedagógico

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito

CME – Conselho Municipal de Educação

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social



CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

COOPAG – Cooperativa Agropecuária de Guanambi

COOPAVALI – Cooperativa dos Produtores de Algodão do Vale Iuiú

CREIO – Centro de Referência à Educação Inclusiva Operacional

DEDC – Departamento de Educação

DIREC – Diretoria Regional de Educação

DIRES – Diretorias Regionais de Saúde

EADCON – Educação a Distância Continuada

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDUCON – Programa de Educomunicação

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento

FAEG – Faculdade de Educação de Guanambi

FETAG – Federações de Trabalhadores na Agricultura

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FTC EaD – Faculdade de Tecnologias e Ciências (Educação a Distância)

FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFBA - Instituto Federal Baiano

IFPR - Instituto Federal do Paraná

INB - Indústrias Nucleares do Brasil

INSS - Instituto Nacional de Segurança Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEBIC - Movimento de Educação de Base de Iniciativa Católica

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PACTO - Pacto Nacional pela Alfabetização

PAR - Plano de Ações Articuladas



PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PETE/BA – Programa do Transporte Escolar do Estado da Bahia

PME – Plano Municipal de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAIC – Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRISMA – Proteção Integrada e Sustentável da Serra de Monte Alto

PROAM – Programa de Apoio aos Municípios

PROFUNCIONÁRIO – Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

PROGESTÃO – Programa Gestão da Aprendizagem Escolar

PROINFÂNCIA – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

RECIVIDA – Projeto Reciclando e Educando para a Vida

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SFCI – Secretaria Federal de Controle Interno

SME – Secretaria Municipal de Educação

SRH – Superintendência de Recursos Humanos

SSP/Polícia Civil – Secretaria de Segurança Pública

STR – Sistema de Transferência de Reserva

TCU – Tribunal de Contas da União

TELEMAR – Telemar Norte Leste S.A

TOPA – Todos Pela Alfabetização

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>21</b>
2.1.1 Caracterização do Município.....	21
<b>2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>44</b>
2.2.1 Gestão da Educação.....	44
<b>2.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>2.4 ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....</b>	<b>67</b>
2.4.1 Educação Infantil.....	67
2.4.2 Ensino Fundamental .....	70
2.4.3 Ensino Médio.....	80
<b>2.5 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>86</b>
<b>2.6 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>91</b>
2.6.1 Educação Profissional.....	91
2.6.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....	95
2.6.3 Educação do Campo .....	103
2.6.4 Educação Especial.....	107
<b>2.7 TRANSVERSALIDADE.....</b>	<b>111</b>
2.7.1 Educação Étnico-racial.....	111
2.7.2 Educação Ambiental.....	115
<b>2.8 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....</b>	<b>123</b>
2.8.1 Fontes de Recursos da Educação .....	126

<b>3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....</b>	<b>136</b>
<b>3.1 DIRETRIZES.....</b>	<b>138</b>
3.1.1 Metas e Estratégias.....	139
3.1.2 Mobilização da sociedade para elaboração do PME, Divulgação do PME e Audiência Pública.....	163
<b>3.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>170</b>

## APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) é um documento que visa a contemplar as necessidades da sociedade, e está embasado na Constituição Federal de 1988 e em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Por força da necessidade de adequação às novas legislações, este documento versa sobre o processo de alteração do Plano Municipal de Educação de Guanambi- BA e se deu entre os meses de julho e dezembro de 2014, contando com ampla participação da comunidade escolar, de instituições/órgãos do poder público e sociedade em geral. Resultou de um amplo esforço do município, no sentido de definir políticas para o decênio 2015/2025, compatíveis com a realidade local.

O PME constitui um instrumento de planejamento visando às diretrizes previstas nos objetivos educacionais para atingir as metas estabelecidas e tem como objetivo proporcionar educação com qualidade e responsabilidade social, diminuir as desigualdades sociais e culturais, erradicar o analfabetismo, ampliar o nível de escolaridade da população e propiciar a qualificação para o trabalho.

Este instrumento define as diretrizes para a gestão municipal, bem como as metas para cada nível e modalidade de ensino atendido pelo poder público municipal, visando à formação, à valorização do magistério e aos demais profissionais da educação para o decênio 2015-2025.

Não se trata da construção de um novo documento em Guanambi, mas adaptá-lo às mais recentes alterações legislativas e políticas dos envolvidos no processo educacional.

Constituíram subsídios para a preparação dessas alterações estudos, avaliações internas e externas, contatos, audiências públicas, reuniões de posicionamento e tomadas de decisão, que apontaram as expectativas a serem contempladas.

A referência teórico-metodológica que orienta o processo de adequação do Plano Municipal de Educação de Guanambi/BA toma como pressupostos as contribuições dos estudos de pesquisadores da área educacional, inclusive de autores de livros sobre o município de Guanambi.

Maristela de Souza Teixeira Cavalcante  
*Secretária Municipal de Educação*



## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação é um instrumento que proporciona aos municípios definirem, claramente, sua responsabilidade na área educacional, não sendo, portanto, um plano do sistema ou da rede de ensino, mas um plano de educação do município que está integrado ao Plano Nacional de Educação. Este plano trata do conjunto da educação, no âmbito municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. É um Plano de Estado e não um Plano de Governo.

Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizado na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, pautada em princípios de transparência, de impessoalidade, de autonomia e de um trabalho coletivo, o município de Guanambi construiu, no ano de 2008, o seu Plano Municipal de Educação, um plano decenal.

Sua elaboração foi fundamentada no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, cujo amparo legal se deu à luz do artigo 214 da Constituição Federal de 1988.

Ao alterá-lo para adequar aos novos princípios legislativos e às novas realidades dos envolvidos na educação, o município de Guanambi avança num caminho já trilhado, o da qualidade educativa.

Este processo de alteração do PME se deu por meio de uma construção coletiva, com uma clara demonstração de autonomia e de comprometimento por parte dos colaboradores, pautada na intencionalidade “de qual educação queremos” e tendo como aspectos norteadores: a elevação do grau de escolaridade da população de Guanambi; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência na educação e a democratização da gestão do ensino.

Espera-se que o Plano Municipal de Educação de Guanambi aponte para uma educação plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir, na contemporaneidade, de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.



## **2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**

## 2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

### 2.1.1 Caracterização do Município



Figura 1 – Município de Guanambi

#### 2.1.1.1 Aspectos Históricos

A povoação do Alto Sertão Baiano teve início no sistema jurídico de sesmaria. Esse processo de ocupação de terras no médio São Francisco e Serra Geral começou com fazendas de gado do sesmeiro Antônio Guedes de Brito. No início do século XIX já estavam estabelecidas as fazendas, que, dali em diante, dariam origem ao município de Guanambi.

O povoado foi formado a partir de um aglomerado de casas de taipa, ponto de paragem e descanso de tropeiros que passaram a intercambiar produtos às margens de uma lagoa próxima à atual praça Cel. Cajaíba.

Por alguns anos, uma vasta cobertura de palha servia ali de barracão até que, passando a feira a realizar-se nos dias de segunda-feira, o município de Monte Alto, a que o povoado

pertencia, construiu na mesma praça o barracão da feira, que dali somente saiu quando, em 1950, foi inaugurado o Mercado Municipal.

A primeira casa do povoado pertenceu a uma simpática senhora chamada Bela e à sua filha, Flor. Bela era devota fervorosa de Santo Antônio e em sua casa, aos domingos e feriados, havia orações em homenagem ao Santo, das quais participavam os vizinhos, não tardando a ser erguida, no centro do povoado, a Casa de Orações.

Em 1870, o Cel. Joaquim Dias Guimarães doou o terreno correspondente ao Arraial e adjacências à Freguesia de Beija-Flor, criada no mesmo ano e subordinada à paróquia de Monte Alto. No Arraial foi construída a primeira capela, no lugar da Casa de Orações, tendo como padroeiro Santo Antônio. Em 1880, através da Lei Provincial nº 1.779, foi criado o Distrito de Paz de Bela-Flor, do município de Monte Alto, nome em homenagem a Bela e a Flor, primeiras povoadoras do já bastante conhecido Arraial. Em 1898, quando criada a agência postal, o nome de Beija-Flor foi o empregado na feitura do carimbo de postagem, o qual permaneceu sendo utilizado pela agência até alguns anos depois da criação do topônimo Guanambi.

Com a passagem do fio telegráfico nacional por Bela-Flor, ligando Caetité a Monte Alto, margeando a antiga estrada que cortava Guanambi (o traçado do trecho da rodovia BR 030, Guanambi/Caetité, segue praticamente o mesmo do antigo telégrafo), foram instaladas uma estação telefônica (em 1902) e uma estação telegráfica (em 1909) em um imóvel doado à União, na Rua Coronel Zequinha, onde as duas unidades funcionaram até a inauguração da sede dos Correios (em 1960) na Praça Getúlio Vargas.

Com o passar dos anos, as preparações para os festejos passaram então a ser, no dizer dos festeiros, para “os beija-flô na casa de Bela”. O historiador, poeta e ex-prefeito de Guanambi, Domingos Antônio Teixeira, não endossa essa versão; em seu livro Respingos Históricos, defende que a denominação Beija-Flor dada ao arraial veio da pequena ave micropodiforme, da família dos troquilídeos, da espécie colibri. Segundo o historiador, o terreno sempre úmido de vazante, contíguo ao local do arraial, permitia a existência de flores silvestres e, em consequência, a presença de muitos beija-flores.



O atual município de Guanambi foi criado pela Lei Estadual nº 1.363, de 14 de agosto de 1919, desmembrado do de Monte Alto e constituído do distrito de Bela-Flor.

Através da Lei Estadual nº 1.364, de 14 de agosto de 1919, o arraial de Bela-Flor foi desmembrado do município de Monte Alto, recebendo o nome de Vila de Guanambi. No dia 1º de janeiro de 1920, quando da instalação da vila, tomou posse seu primeiro intendente, o Cel. Balbino Gabriel de Araújo Cajaíba, responsável por grandes decisões políticas, como: a criação do distrito sede de Mocambo e fixação dos limites do município através da Lei nº 2, de 8 de janeiro de 1920, votada pelo Conselho Municipal e aprovada, posteriormente, em 28 de agosto de 1922, pela Lei Estadual nº 1.589.

No período de 1920 a 1924, os integrantes do grupo político da situação, liderados pelo Coronel Cajaíba, eram apelidados de “morcegos” e os do grupo da oposição, liderados por Dr. Francisco José Fernandes, eram apelidados de “caititus”. As disputas entre os dois grupos políticos eram acirradas e por vezes sangrentas.

A criação de Mocambo, atualmente denominado Candiba, seria confirmada pela Lei estadual nº 2.219, de 20 de agosto de 1929. Por força do Decreto estadual nº 7.479, de 8 de julho de 1931, o território do município de Palmas de Monte Alto, extinto pelo mesmo decreto, incorporou-se ao de Guanambi, sendo, entretanto, restaurado pelo Decreto Estadual nº 8.452 de 31 de maio de 1933. Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, o território do município de Guanambi se compunha dos distritos de Guanambi, Itaguaçu (atual Mutãs), Mocambo (atual Candiba) e Gentio (atual Ceraíma). Em 1938, pelo Decreto Lei nº 10.724, Guanambi foi elevada à categoria de cidade.

Segundo o quadro territorial em vigência no quinquênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-Lei estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1933, o município de Guanambi permanecera formado pelos quatro distritos que constituíam o quadro de 1933, devendo-se notar que o distrito de Gentio teve mudado o seu topônimo para Ceraíma. De acordo com o quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto Estadual nº 12.978, de 1º de junho de 1944, Guanambi subdividia-se em quatro distritos: o da sede e os de Candiba, Ceraíma e Mutãs, constituição esta que permaneceu até quando



Candiba se desmembrou, passando à categoria de município, criado pela Lei estadual nº 1.756, de 27 de julho de 1962 e quarenta e três anos depois, Guanambi agrega a seu quadro o Distrito de Morrinhos, que foi criado pela Lei nº 20 de 15 de março de 2005.

### 2.1.1.2 Aspectos geográficos e ecológicos

**Localização:** O município está localizado na região Centro-Sul Baiano, Território de Identidade – Sertão Produtivo. Está a 796,10 km de Salvador (capital do estado), sendo interligado à capital pela BR-030, BA-226 e BR-324. A sede do município possui as coordenadas: 14°13'0" de latitude sul e 42°46'0" de longitude W.Gr.

**Altitude:** A altitude da sede municipal é de 528 metros em relação ao nível do mar.

**Área:** A área do município é de 1.272,367 km<sup>2</sup>.

**Clima:** Semiárido e subúmido a seco, temperatura média anual de 24,32°C, máxima de 30,04°C e mínima de 18,86°C, sendo o período de maior precipitação de chuva os meses de outubro a março. Essa região tem risco alto a médio de seca, possuindo 100% de sua área inserida no Polígono das Secas, fato este que justifica anualmente o estado de emergência ou de calamidade no período de junho a novembro e, eventualmente, nos meses de dezembro e janeiro por conta dos prejuízos causados pelo excessivo nível de pluviosidade: média: 694; máxima: 1.340mm; mínima: 227mm.

**Acidentes geográficos:** O território de Guanambi é pouco acidentado, possui alguns desníveis isolados como o contraforte da Serra do Espinhaço que o limita com o município de Caetité. É atravessado pelo Rio Carnaíba de Dentro.

**Limites:** Norte: Igarorã e Caetité (45 km)

- Sul: Candiba (29 km) e Sebastião Laranjeiras
- Leste: Pindai (33 km) e Caetité
- Oeste: Palmas de Monte Alto (43 km)

**Solo:** Tipo de solo: podzólico vermelho-amarelo distrófico, planossolo solódico eutrófico, podzólico vermelho-amarelo eutrófico, cambissolo eutrófico, latossolo vermelho-amarelo distrófico, solos litólicos eutróficos.

**Aptidão agrícola das terras:** aptidão regular para lavouras, silvicultura bem como pastagem natural.

**Vegetação:** Floresta estacional decidual, contato caatinga-floresta estacional, cerrado arbóreo sem floresta de galeria.

**Flora:** O revestimento florístico é quase todo de caatingas e gerais. As caatingas cobrem a maior área (superior a 50% das terras do município). Os gerais são largos campos abertos nos planaltos, abrangendo o alto Sertão da Bahia, no qual Guanambi se inclui. São coberturas de gramíneas rasteiras e arbustos.

Apesar do processo desenfreado de desmatamento, encontram-se, ainda, raras espécies de pau d'arco, aroeira, angico, baraúna, umbuzeiro, juazeiro e outros que fazem parte das caatingas e matas ciliares, preservando nascentes e córregos, e algumas espécies de plantas medicinais: quina, umburana, samambaia, macela, erva-cidreira, alecrim, matruz, arruda e hortelã.

**Fauna:** Principais espécies – cutia, paca, gato-do-mato, lebre, veado, preá, raposa, perdiz, codorna, zabelê, jacu, periquito, maritaca, maracanã, papagaio, saracura, ariri, seriema, cascavel, jiboia, jararaca, cainana.

**Relevo:** É caracterizado pela presença do Pedplano Sertanejo, dos Patamares Orientais; Ocidentais do Espinhaço, das Superfícies dos Gerais e do Planalto do Espinhaço.

**Geologia:** Sienitos, granitos, rochas básicas (Ultrabásicas, migmatitos, anfibolitos).

**Ocorrências minerais:** Vermiculita, fluorita.

**Hidrografia:** Bacia hidrográfica – Rio São Francisco. Há, ainda, o Rio Carnaíba de Dentro e o Rio Verde, o açude de Ceraíma e as represas de Mutãs e Morrinhos.

### 2.1.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), Guanambi possui uma população de 78.833 habitantes com uma taxa de urbanização de 75%, sendo 54.003 habitantes da zona urbana e 17.725 habitantes da zona rural.

O aumento do grau de urbanização explica-se pela necessidade da população de buscar maiores recursos para sua sobrevivência nos grandes centros. Para redução dessa incidência, faz-se necessário o estabelecimento de uma política de ação voltada para o incentivo e incremento das atividades agrícolas.

**Tabela 1 – População do município de Guanambi**

População no ano 2000	Número de homens	Número de mulheres	População urbana	População rural	População no ano 2010
71.728	35.128	36.000	54.003	17.725	78.833

Fonte: Disponível em:

<[HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010)>, Acesso em: 16 fev. 2013

No período de 2000 a 2005, a população de Guanambi teve uma taxa média de crescimento anual em torno de 1,04%, passando de 71.728 habitantes em 2000 para 75.572 em 2005. A taxa de urbanização cresceu, nesse mesmo período, em 5,19%, passando de 75,29% em 2000 para 79,20% em 2005.

Pela estimativa populacional do IBGE para 2005, a população do município de Guanambi representa em torno de 0,55% da população do estado da Bahia e 0,04% da população do Brasil.

De 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Guanambi cresceu 13,61%, passando de 0,617 para 0,701, sendo que a dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a educação, com 63,1%, seguida pela renda, com 24,2%, e pela longevidade, com 12,7%. Segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Guanambi apresenta uma situação intermediária. E, em relação a



outros municípios do estado, apresenta uma situação boa: ocupa a 23ª posição, sendo que 22 municípios (5,3%) estão em situação melhor e 392 (94,7%) estão em situação pior ou igual. Nesse ranking, o município de Guanambi classifica-se no 28º lugar; produto municipal, 39º lugar; qualificação de mão de obra, 30º; renda média dos chefes de família, 39º; nível de educação, 24º; nível de saúde, 104º e serviços básicos, 27º lugar conforme dados do IBGE-2000.

**Tabela 2 – Número de estabelecimentos de saúde por tipo e localização**

Localização	Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros	Total
Urbana	18	04	01	03	05	14	198
Rural	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2013).

Guanambi é considerada região-polo, possuindo sede de diversos Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais e diversas entidades da sociedade civil, tais como: Inspeção Fazendária, Delegacia Fazendária, Receita Federal, 22ª Coordenadoria de Polícia, 17º Batalhão da Polícia Militar, 16º CIRETRAN, Telefonia Celular, Agências bancárias (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal), 30ª DORES (11 municípios), DIREC 30 (11 municípios), INSS, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Ministério Público Federal, ADAB (09 municípios), EBDA, AGERBA, Centro Cultural, Cesta do Povo, Centro Social Urbano, EMBASA, COELBA, TELEMAR, Hospital Regional, NTE, SEBRAE, SRH, Correios, SSP/Polícia Civil, Parque de Exposições, Aeroporto Interestadual, Rodoviária Interestadual, UNEB, FTC, UNOPAR, EADCON, Faculdade Guanambi, Instituto Federal Baiano, CODEVASF, IBGE, Fundação Joaquim Dias Guimarães, Academia Guanambiense de Letras (AGL), PRISMA (ONG), OAB, STR, Polo da FETAG, Sindicatos dos Comerciantes e dos Servidores Públicos, COOPAG, COOPAVALI, Mercado das Artes, Estádio Municipal, Ginásio de Esportes, Biblioteca Municipal, etc.

A cidade conta, ainda, com várias pousadas, hotéis e restaurantes. Para atender parte social e ao lazer, contamos com o Recreio Tênis Clube, Clube de Campo e Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB). Na área de comunicação, diversos jornais locais e regionais (Folha do Algodão, Jornal Vanguarda, Tribuna Regional, O Popular, Jornal do

Sudoeste, Tribuna Regional, etc.); 02 emissoras de rádio AM e 03 FM. Prestando obras assistenciais, há uma unidade da APAE, Associação Benemerita de Caridade (Abrigo dos Velhos), o Rotary Clube, Casa de Passagem Maria de Nazaré, Casa de Acolhida Madre Hipólita, entre outras.

#### 2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

A base econômica de Guanambi se estruturou na agricultura e na pecuária, com o cultivo principalmente de arroz, feijão e milho, nos seus primórdios. Posteriormente, o cultivo de algodão tornou-se a primeira economia.

<sup>1</sup>Nas primeiras décadas do século XX, a cotonicultura tomou força, motivada pela disponibilidade de terras, a adaptação da cultura do algodão ao solo e ao clima seco, a expansão da infraestrutura viária, o que possibilitou a ampliação do mercado consumidor e o estabelecimento de migrantes dos estados vizinhos e do Sul do país.

Guanambi, uma das mais importantes cidades do Sudoeste Baiano, situada a 796 quilômetros de Salvador, consagrar-se-ia maior polo algodoeiro do Nordeste e terceiro maior do país até meados da década de 1990, quando a produção entrou em vertiginoso declínio por conta de uma série de fatores.

Dada a importância do algodão para a cidade de Guanambi, sua história se confunde com a história da cotonicultura do Sudoeste Baiano. O título de “Capital do Algodão”, a ela conferida, deveu-se ao fato de ter sido ponto de convergência de quase todo o algodão produzido na região, uma vez que concentrara a quase totalidade das usinas de beneficiamento.

A história do beneficiamento do algodão da região do médio São Francisco antecede o século XX. Embora não seja possível precisar datas, é sabido que alguns engenhos descaroadores foram instalados na região no final do século XIX, construídos artesanalmente com madeira, impulsionados por tração animal.

Nas décadas de 1970 e 1980, Guanambi sagrou-se grande polo cotonicultor, capitalizando praticamente toda a produção algodoeira da região. O algodão arbóreo foi sendo, aos poucos, substituído pelo algodão herbáceo, que, apesar de ter um ciclo mais curto (de um ano), tinha uma produtividade mais elevada. O ápice da produção deu-se no ano de 1988, chegando a totalizar 204 mil toneladas de algodão em capulho. A cotonicultura passou a ocupar uma área cada vez maior, saltando de 20 mil hectares na década de 1970 para 150 mil hectares em meados da década de 1980, isso em toda a microrregião de Guanambi, que se transformou, naquele contexto, no terceiro maior

<sup>1</sup> Trecho da história recente de Guanambi extraído do livro “A cotonicultura na microrregião de Guanambi: economia e sociedade”, de autoria de Benedito Teixeira Gomes, Marcos Antônio Alves Cruz e Júlio César Lélis Muniz.



produtor de algodão do país, constituindo-se numa importante área de atração populacional, com grandes levas de migrantes, nas décadas de 1970 e 1980, ocorrendo à urbe de Guanambi movidas pelas vertigens do “ouro branco” ou talvez pelos vislumbres de um eldorado cotonicultor, atenuador dos sofrimentos e das angústias de populações desnorteadas e famintas.

Segundo fontes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na década de 1950 a população urbana de Guanambi era inferior a 5 mil habitantes, enquanto a rural era superior a 15 mil. Na década seguinte, a população urbana chegou a 5 mil e a rural aproximou-se de 20 mil. Na década de 1970 a população urbana atingiu 10 mil e a rural ultrapassou 20 mil. Na década de 1980 a população urbana ultrapassou 25 mil e a rural sofreu pequena diminuição em relação à década passada, aproximando-se de 20 mil.

A cidade de Guanambi sofreu, nos últimos anos da década de 1980 e início da década de 1990, uma verdadeira explosão demográfica, fato que expôs sua fragilidade referente à infraestrutura.

Sem quaisquer recursos, os imigrantes chegaram a se aglomerar na periferia da cidade, encetando bairros periféricos, muitas vezes sob a tutela do poder público, convivendo, muitas vezes, com precárias condições de existência.

O êxodo para a urbe de Guanambi forçou o poder público municipal a doar terrenos para a construção de moradias, cuja consequência foi o engendro desordenado de diversos bairros, demandando vultosos investimentos em infraestrutura.

O ápice da produção algodoeira deu-se no ano de 1988, quando se produziram 204 mil toneladas de algodão, chegando este a ser exportado para várias partes do mundo.

No ano seguinte, a produção sofreu uma enorme queda, com produção de 64,8 mil toneladas. Daí em diante, a produção continuou baixa, embora com algumas oscilações. Em 1994, chegou ao montante de mais de 104 mil toneladas. Nos anos seguintes, no entanto, a produção caiu como que em “queda livre”.

As oscilações na produção algodoeira foram constantes e sobremaneira nefastas para a economia regional durante toda a década de 1990.

Entre os anos de 1988 e 1999 ocorreu uma redução de 96% na área plantada. A produção, por sua vez, se reduziu 98,2%. Conseqüentemente, nos anos que se seguiram o cultivo do algodão ficou circunscrito praticamente ao município de Guanambi.

O colapso da produção algodoeira na região Sudoeste da Bahia, e particularmente na microrregião de Guanambi, já era visível na primeira metade dos anos 1990. Muitos responsabilizaram o governo estadual e o federal pela ausência de uma política capaz de evitar a derrocada da economia regional, com conseqüências nefastas para a população de seus municípios. Outros culpavam o “bicudo” (praga que devastara desapidadamente o algodão), embora antes mesmo do seu aparecimento já houvesse comprovada queda na produtividade algodoeira. Não obstante, o bicudo foi eleito o grande vilão.

O ano de 1988 constituiu o auge de toda a produção algodoeira do município e 1992, a sua decadência. Hoje, a economia guanambiense está estruturada no comércio, apesar

de uma ascendente produção agrícola diversificada, com destaque para a cultura do feijão.

A renda per capita média de Guanambi cresceu 137,37% nas últimas duas décadas, passando de R\$208,98 em 1991 para R\$307,55 em 2000 e R\$496,05 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 47,17% no primeiro período e 61,29% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 36,72% em 1991 para 24,31% em 2000 e para 7,16% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,62 em 1991 para 0,64 em 2000 e para 0,55 em 2010.

**Tabela 3 – Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

<b>Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDH – municipal</b>	0,423	0,548	0,673
<b>Renda per capita</b>	208,98	307,55	496,05
<b>Proporção de pobres</b>	36,72%	24,31%	7,16%
<b>Índice de Gini</b>	0,62	0,64	0,55

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

#### **Entre 1991 e 2000**

O IDHM passou de 0,423 em 1991 para 0,548 em 2000 - uma taxa de crescimento de 32,69%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 23,00% entre 1991 e 2000.

#### **Entre 2000 e 2010**

O IDHM passou de 0,548 em 2000 para 0,673 em 2010 - uma taxa de crescimento de 22,81%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 27,65% entre 2000 e 2010.

**Entre 1991 e 2010**

Guanambi teve um incremento no seu IDHM de 62,95% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da média de crescimento estadual (70,98%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 44,29% entre 1991 e 2010.

Guanambi ocupa a 2598ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2597 (46,67%) municípios estão em situação melhor e 2.968 (53,33%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 417 outros municípios da Bahia, Guanambi ocupa a 25ª posição, sendo que 24 (5,76%) municípios estão em situação melhor e 393 (94,24%) municípios estão em situação pior ou igual.

**Tabela 4 – Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010**

Indicadores	1991	2000	2010
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</b>	0,423	0,548	0,673
<b>Educação</b>	0,202	0,403	0,584
<b>Longevidade</b>	0,666	0,698	0,789
<b>Renda</b>	0,524	0,586	0,663

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Guanambi é 0,673, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,181), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,201), seguida por Renda e por Longevidade.

**2.1.1.5 Aspectos culturais**

Desde os tempos remotos, a cultura de nosso município expressa, nas festas e cerimônias tradicionais, as crenças e costumes de nossa terra e de nossa gente. Constitui



registro importante uma vez que é transmitida de geração em geração como manifestação folclórica e artística, revelando a identidade de nosso povo.

Os recursos culturais são caracterizados pelo conjunto de patrimônio não-material e material. O patrimônio não-material constitui-se dos costumes, valores, crenças e origens; o material envolve prédios, construções históricas, sítios arqueológicos. A seguir, os principais patrimônios culturais guanambienses:

### **Patrimônio Material**

#### *CASA DE DONA DEDÉ*

Foi edificada no século XIX num estilo colonial, representando um marco importante na história de Guanambi, não só por sua construção, mas por ter sido palco de grandes acontecimentos e decisões. Por um longo período de tempo, foi a morada de uma grande mulher: Dona Dedé. Essa casa foi construída por escravos pelas ordens de José Pereira, Coronel Zequinha (pai de Dona Dedé), e se destacava entre as poucas construções que existiam naquela época. Em 2008, a casa de Dona Dedé foi incorporada ao patrimônio histórico do município como Memorial de Guanambi: Casa de Dona Dedé.

#### *FUNDAÇÃO JOAQUIM DIAS GUIMARÃES*

Com a finalidade maior de fincar as raízes de nossa história, foi criada, em março de 1984, a Fundação Joaquim Dias Guimarães. O museu da Fundação possui um precioso acervo, parte pertencente ao fazendeiro Joaquim Dias Guimarães e que foi ampliado ao longo dos anos por doações de muitos colaboradores, a exemplo do professor e escritor Elísio Cardoso Guimarães e do artista plástico, escultor, escritor e poeta, Vagner Moraes (ambos falecidos), sócios fundadores da entidade.

#### *A IGREJA MATRIZ*

A Paróquia de Santo Antônio, localizada na Praça Getúlio Vargas, foi construída a partir de 1870, marco da fundação de Beija-Flor. Suas linhas arquitetônicas da época neocolonial retratam a memória da cidade.



#### *GRUPO ESCOLAR GETÚLIO VARGAS*

Localiza-se na Praça da Bandeira. Constitui uma obra valiosa, pois, tendo sido a primeira escola estadual de Guanambi, inaugurada em 10 de novembro de 1938 pelo intendente José Ferreira Costa, permanece ativa e histórica, hoje Escola Municipal Getúlio Vargas.

#### *OS CRUZEIROS*

São marcos de fé e história de vida de um lugar. Na região, são conservadas as raízes de nossa gente, os fatos, acontecimentos e credices de nosso povo.

#### *SOLAR DOS BARROS*

Localizada no Distrito de Mutãs, a popular Casa de Gambá foi assim chamada por ter residido nela o Sr. Antônio Gambá. Em 1911, o Sr. João Barros Lima e Silva, descendente dos proprietários da fazenda, nela chegou, trazendo consigo sua esposa, Herculina Gomes de Brito Barros, natural de Ituaçu, e três dos seus onze filhos. Mais tarde, sua filha Sra. Maura Gomes de Barros casa-se com Osvaldino José de Souza, que construiu o casarão. Foi sede dos Correios e hoje faz parte do patrimônio da Prefeitura Municipal, que pretende restaurá-la.

#### *LAGOA DA ESPERA (SERRA DE MUTÃS)*

O arraial da Lagoa da Espera tem sua origem em uma fazenda de propriedade da família Rodrigues Lima do município vizinho, Caetité, e seu nome, Lagoa da Espera, veio de seus primeiros habitantes constituídos de índios semicivilizados que ali se instalaram à espera da caça e da pesca, às margens da lagoa existente. Era também ponto de encontro de tropeiros que transportavam mercadorias naquela região.

#### *LAJEDO DE LEOCÁDIA*

Nas proximidades da cidade localizam-se os caldeirões do Caiçara, local onde se encontra um caldeirão especial em que foi atirado o corpo de Leocádia. Acreditava-se que aquela depressão no rochedo tenha tomado a forma de uma urna funerária,

evidenciando, assim, a crença na santidade daquela jovem, cruelmente assassinada. O seu túmulo fica nas proximidades do lugar onde foi morta e é visitado, sobretudo, na Sexta-Feira da Paixão e Finados.

#### *TÚMULO DE JOAQUIM DIAS GUIMARÃES*

No interior de uma residência (casa de nº 151) da Rua 7 de Setembro (antiga Rua das 7 Portas), está localizado o túmulo de Joaquim Dias Guimarães, um dos fundadores do Arraial de Beija-Flor.

#### *MERCADO MUNICIPAL*

Localiza-se na Praça Coronel Cajaíba. Foi inaugurado em 1950 e durante muitos anos contribuiu para o comércio local. Atualmente, com o nome de Mercado das Artes, comercializa produtos artesanais, confeccionados em Guanambi.

#### **Patrimônio imaterial**

Como patrimônio imaterial de nossa cidade, temos: Marujada, Vai de Virá, Reisado, Festejos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro), Festa do Divino, Filarmônica Flávio Avelar David, Exposição Agropecuária, Passeio Ciclístico, Abraço da Cidade, Sete de Setembro, Vaquejada, Natal (Presépio), Coral "A cor do som", Grupos Teatrais, Festa da Camiseta, Motopasseio, Cavalgadas, Feira do Luar, Pirão de Galinha Caipira, Feira livre, Barragem de Ceraíma.

#### **Recursos naturais**

A região Centro-Sul da Bahia dispõe de muitos recursos naturais considerados como pontos turísticos. Por estarmos localizados na Serra Geral, possuímos grande diversidade de atrativos tanto naturais como culturais. Relacionamos os principais atrativos de Guanambi, passíveis de utilização, por se localizarem nas proximidades da zona urbana, e como contribuição para a inclusão cultural do município.

### *BARRAGEM DO POÇO DO MAGRO*

A Barragem do Poço do Magro constitui um dos mais importantes pontos turísticos de Guanambi, justamente pela riqueza cênica natural da barragem e vegetação, além dos recursos culturais, e pela otimização de acesso. É um ambiente rural e ecológico propício ao desenvolvimento do ecoturismo, com atividade esportivas, culturais e de lazer, como a trilha ecológica, ciclismo, motocross, pedalinho, jet-ski, canoagem, pesque e solte, voo-livre, caminhadas, eventos culturais e religiosos com atrativos como a Pedra do Índio, Pedra do Cogumelo e Leocádia.



**Figura 2 – Tela da Barragem do Poço do Magro**

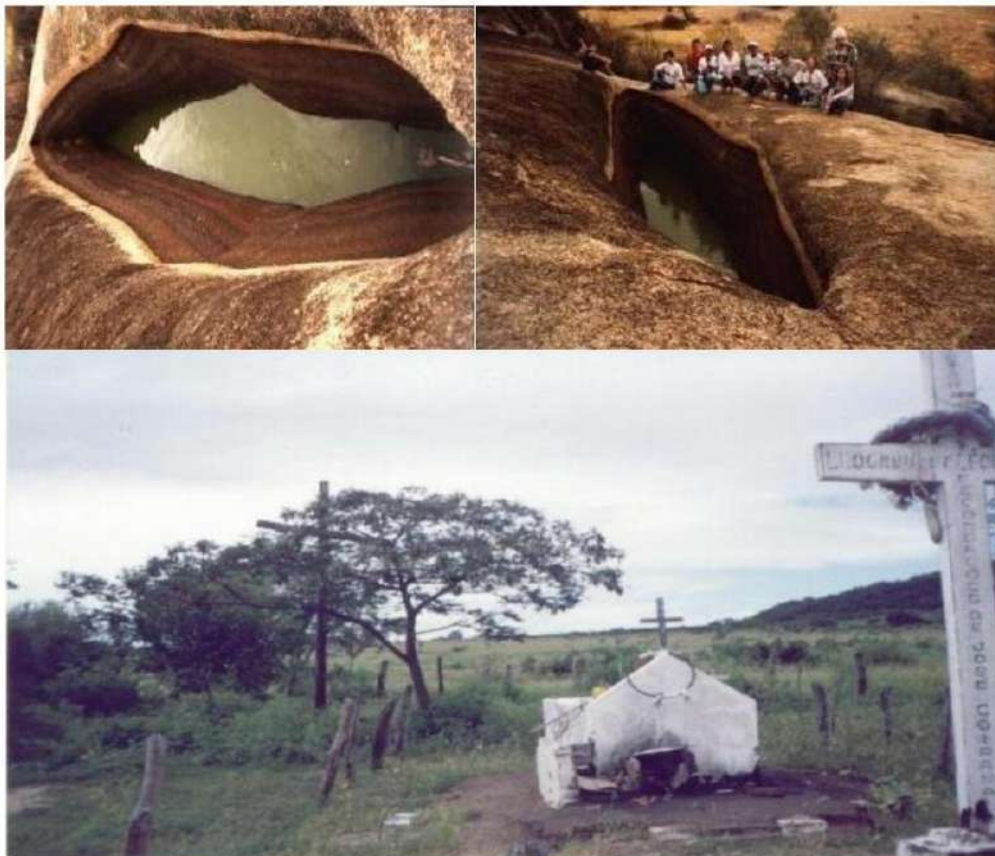
### *LEOCÁDIA*

Com o processo de desapropriação da área com vistas à preservação e valorização cultural da história de Leocádia, que atrai muitos fiéis movidos por um culto popular, propõe-se a melhoria da infraestrutura física do local, haja vista que, com a expansão da atividade turística, haverá um aumento da demanda por esse destino em busca do turismo religioso.





**Figura 3 – Imagens do Patrimônio Cultural (Pedra do Índio)**



**Figura 4 – Patrimônio Cultural (Leocádia)**



### *CERAÍMA*

Na vila, o povo luta em defesa do patrimônio cultural; inclusive está em pleno processo de recuperação o altar da antiga Igreja do Gentio, que será transferido para a nova sede (em construção). Existe no local um cruzeiro com mais de 100 (cem) anos de história que revela os valores e cultura daquele povo. Há também uma barragem que abasteceu por muitos anos as cidades de Guanambi, Candiba e Pindaí. É de suma importância para o cultivo de hortifruticulturas, piscicultura, pecuária, etc., servindo de laboratório para muitos estudantes, bem como fonte de renda para a população local. A barragem possui condições para se desenvolver atividade de lazer, além da pesca de subsistência.



**Figura 5 – Vista Panorâmica da barragem de Ceraíma.**

### *MUTÃS*

Possui características próprias pela sua gente batalhadora e colabora para o crescimento de Guanambi, através da disponibilidade de mão de obra e empreendedorismo. A Serra de Mutãs é uma das mais belas paisagens naturais que compõem a Serra Geral.



**Figura 6 – Vista parcial do Casarão dos Barros, Lagoa e Serra de Mutãs.**

#### *SERRA DE MUTÃS*

Altamente propícia ao desenvolvimento do Ecoturismo. Possui belas cachoeiras, vegetação nativa com diversidade biológica de fauna e flora (Orquídeas). Porém, ainda pouco explorada pela maioria da população e visitantes, é importante que haja a promoção do desenvolvimento sustentável, com um estudo de viabilidade para a exploração do Ecoturismo, cuja proposta prima pela utilização dos recursos naturais e culturais com responsabilidade ambiental. A implantação da Área de Proteção Ambiental (APA) seria fundamental para a conservação das nascentes e climatização da nossa região, além da conservação e proteção dos ecossistemas.



**Figura 7 – Visão Panorâmica do topo da Serra de Mutãs.**



**Figura 8 – Cascata na Serra de Mutãs.**





**Figura 9 – Mandiroba – Serra de Mutãs.**





**Figura 10 – Flora Nativa da Serra de Mutãs.**

### Recursos culturais

Os recursos culturais são caracterizados pelo conjunto do Patrimônio que envolve prédios, construções históricas, sítios arqueológicos, entre outros, mas principalmente pela cultura de um povo propriamente dita, envolvendo seus costumes, valores, crenças e origens. Em Guanambi existe um rico potencial cultural em termos de construções e manifestações históricas e culturais. Diversas iniciativas já foram tomadas em prol do resgate dos valores artísticos, como exemplo a Marujada, o Vai de Virá, o Reisado, a Festa de Santo Antônio e São Pedro, entre outras. Sabemos que algumas atividades que constam no calendário oficial de eventos culturais de Guanambi são realizadas anualmente, entretanto é preciso o incentivo e fortalecimento de ações que valorizem as práticas culturais para que não percamos as nossas manifestações e tradições como forma de mantê-las vivas para as futuras gerações e preservação da memória local.

*MANIFESTAÇÕES CULTURAIS:***Figura 11 – Baianas****Figura 12 – Reisado****Figura 13 – Vai de virá****Figura 14 – Marujada**



## 2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

### 2.2.1 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

No conjunto das políticas globais da Educação Brasileira se inserem as políticas públicas da educação local guanambiense. Num contexto histórico de intensas mudanças, o município de Guanambi procurou e procura se adequar às novas exigências no campo educacional, principalmente no que se refere aos aspectos legais. Com profissionais qualificados no âmbito da educação pública do Sistema Municipal de Ensino, que foi criado pela Lei nº 083/95 de 27 de dezembro de 1995, reformulada em 13 de julho de 1998, através da Lei nº 029/98 e vigora com sua última reformulação em 2004, através da Lei nº 202/04 de 06 de fevereiro de 2004, os ajustes nas políticas têm sido feitos considerando o local e o global, a unidade e a diversidade, com base em aspectos dialógicos, contextuais e interdisciplinares.

#### 2.2.1.1 Estrutura da Educação Municipal

A Lei Orgânica do Município, datada de 05 de abril de 1990, reformulada em 05 de dezembro de 2002, no seu artigo 114 determina: “Serão criados o Conselho Municipal de Educação e Colegiados Escolares, cuja composição e competência serão definidas em lei, garantindo-se a representação da comunidade escolar e da sociedade”.

Assim, assegurada em lei municipal e leis nacionais e com mobilização social, acelerou-se no município a implantação do Conselho Municipal de Educação (Lei nº 083/95 de 27 de dezembro de 1995), Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) (Lei nº 162, de 28 de fevereiro de 2007), Conselho de Alimentação Escolar-CAE (Lei nº 066/95 de 28 de junho de 1995), Conselhos ou Colegiados Escolares (Lei nº 006/97 de 02 de maio de 1997, Portaria nº 95/2003 de 01 de setembro de 2005), Plano de Carreira e Valorização do Magistério (Lei nº 514/2011 de 23 de setembro de 2011), Plano Municipal de Educação (Lei nº 263 de 24 de setembro de 2008), Eleições Livres e Diretas para a escolha de gestores escolares (Lei nº 030/1998



de 13 de julho de 1998), dentre outras medidas voltadas para a descentralização, autonomia e participação - elementos indispensáveis para o avanço da democracia.

Em relação ao Conselho Municipal de Educação, por exemplo, ainda é preciso prever e definir percentual na alocação de recurso financeiro na Lei Orçamentária do Município, orçamento específico para funcionamento do Conselho Municipal de Educação, de modo que fique garantida a sua autonomia financeira e administrativa (Art. 7º da Lei Municipal Nº 029/98).

De acordo com o Regimento Interno, as funções do Conselho Municipal de Educação (CME) são: consultiva, normativa, deliberativa e fiscalizadora do Sistema Municipal de Ensino. Entretanto, o Regimento Interno está em processo de reformulação, com apresentação de propostas para adequações. Destacamos o processo de reformulação do Regimento Interno com a inclusão das funções: mobilizadora, que é efetivada na mediação entre governo e sociedade, assumindo a condição de fóruns articuladores e mobilizadores do compromisso educacional (compromisso de todos com os direitos educacionais dos cidadãos e com a promoção da qualidade da educação) e do controle social, que implica a participação da sociedade na definição das políticas públicas.

Em 1998, a Secretaria Municipal de Educação (SME) implantou, nas escolas públicas municipais, os Colegiados Escolares. Pelo fato de não terem funcionado na maioria das escolas municipais, nos anos de 2000 e 2004 novas investidas foram feitas, disponibilizando material necessário para orientação dos diretores a fim de que esses órgãos fossem renovados e funcionassem adequadamente. Em algumas escolas eles funcionaram de maneira satisfatória, tendo seus estatutos registrados no Fórum Cartorial da cidade. Apesar de reconhecerem a força e o papel desses conselhos, talvez por falta de definição clara de tempos e espaços de atuação, os membros dos Colegiados Escolares não exerceram satisfatoriamente suas funções, e outros ainda se encontram inativos.

Contudo, no início do ano de 2008, por ocasião da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), foi definido, por consenso do grupo do comitê estratégico, como uma